

ESCOLHA DE DIRETORES/GESTORES NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CAMARAGIBE-PE.

Alessandra Paulina de Mendonça ¹
Luciana Rosa Marques ²
Darci Barbosa Lira ³

RESUMO: O presente artigo se propôs a identificar a forma de provimento ao cargo de diretor escolar no município de Camaragibe-PE e qual a forma deste provimento é apontada na literatura como um mecanismo de efetivação da gestão democrática nos sistemas de ensino públicos. Para esta discussão nos baseamos em alguns teóricos como: Dourado (1990), (2003); Marques (2007), (2012); Paro (2003); dentre outros. A literatura aponta que a eleição para diretor se constitui como um importante caminho na busca da democratização escolar, e não o único. Através de uma abordagem qualitativa esta pesquisa também consistiu em analisar como a atual forma de provimento ao cargo de diretor neste município repercute no cotidiano da escola. O texto conclui, com o resultado da pesquisa, onde os dados indicam que a escolha para diretores no município ainda é através da indicação. Os sujeitos apontaram que a eleição seria a melhor maneira de se escolher um diretor, porém independente da forma de provimento ao cargo é importante que os diretores proporcionem espaços de participação onde a comunidade escolar possa participar das tomadas de decisões que permeiam o cotidiano da escola.

Palavras Chaves: Provimento ao cargo de diretor; Gestão Democrática; Município de Camaragibe; Eleição de diretores

1. INTRODUÇÃO

A escolha para diretores é uma temática relevante e de interesse dos pesquisadores em estudos no campo da educação, os quais destacam que a forma de provimento ao cargo de diretor pode contribuir com a democratização da Gestão Escolar.

Estudos apontam que houve uma evolução nas concepções em torno do processo de democratização da educação. A luta da democratização da escola perpassou pela democratização do acesso e permanência dos alunos na escola. A partir de 1980, com o processo de redemocratização do país, onde as discussões visavam a concretização da eleição direta para escolha de governadores, passou-se a discutir também a eleição direta como forma de provimento ao cargo de diretor/gestor escolar.

Atualmente as discussões em torno da democratização da escola e da gestão apontam que a eleição direta não é o único caminho na busca da efetivação da gestão democrática, mas um importante passo, pois a forma de escolha para diretor/gestor certamente vai interferir no curso desta gestão. Sendo assim, faz-se necessário que a

¹ Concluinte do curso de Pedagogia – Centro de Educação – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: alepaulina2008@hotmail.com

² Professora Doutora do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional do Centro de Educação – UFPE. E-mail: lmarques66@gmail.com

³ Professora Doutora do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional do Centro de Educação – UFPE. E-mail: darcilira@gmail.com

gestão da escola esteja não só preparada, mas que ela tenha autonomia para criar meios de efetivação de participação da comunidade escolar e extraescolar (alunos, pais e comunidade entorno da escola) dentro da escola.

Percebemos que é importante que a gestão da escola proporcione um diálogo com a comunidade escolar, para que esta não apenas possa participar do cotidiano da escola e das decisões que permeiam este cotidiano, mas que de fato ela possa vivenciar a realidade da escola. Uma gestão participativa certamente contribuirá no processo de aprendizagem do jogo democrático. Mas para isso a escola, ou melhor, o seu dirigente, deve proporcionar espaços de participação da comunidade escolar nas decisões da escola, para que de fato a democracia possa ser vivenciada neste espaço de rico aprendizado que é a escola.

O interesse pela presente pesquisa surgiu através dos estudos que o curso de Pedagogia proporcionou na área da gestão escolar, especificamente nos estudos dos mecanismos de efetivação da gestão democrática. Por meio da vivência em estágio no município de Camaragibe houve um maior interesse na área de Gestão Escolar e principalmente em saber como o pessoal que faz parte das escolas dessa rede municipal de ensino vê a atual forma de provimento ao cargo de diretor/gestor neste município.

Desta maneira a pesquisa teve como objeto de estudo a forma de escolha de provimento ao cargo de diretor/gestor na rede de ensino no município de Camaragibe. Assim tivemos como objetivos caracterizar qual a forma de provimento de diretor escolar é apontado como um mecanismo de efetivação da gestão democrática, e analisar como a forma de ingresso repercute no cotidiano das escolas.

2. MARCO TEÓRICO

Com base em estudos bibliográficos, vimos que desde a década de 1980 tem aumentado a importância dada aos processos de escolha para diretores/gestores das escolas públicas de ensino básico brasileiro. Defende-se a ideia de que a forma de escolha de diretores/gestores vai nortear a maneira como a escola, no seu interior, é estruturada em termos da distribuição do poder e da autoridade na gestão do trabalho e das relações pessoais, e de como é atribuído o papel do diretor/gestor, considerando-o como autoridade máxima da escola.

Sendo assim inicialmente buscamos identificar na literatura educacional as diversas formas de escolha do diretor/gestor escolar e qual modalidade é apontada como um dos princípios da gestão democrática.

2.1. MODALIDADES DE ESCOLHA PARA DIRETORES/GESTORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO.

De acordo com a literatura, podemos considerar três modalidades de escolha do diretor/gestor no sistema público de ensino: Nomeação por autoridade estatal; Concurso de provas e títulos e Eleição.

Paro (2003, p. 13) apresenta alguns autores cujos trabalhos detalham estes tipos de escolha para diretores/gestores: Nircélio Zobot (1984) nomeia três formas de escolha, Indicação “por alguém que detém mandato político”; “processo estruturado dentro de um plano de carreira”; e escolha mediante votação pela comunidade escolar. Em trabalhos de Carlos Marés (1983, p. 49) ele menciona quatro formas: “Diretor de Carreira; Concurso público; Livre indicação pelos poderes do Estado; e Eleições”. Já Luiz Fernandes Dourado (1990, p. 103), menciona como formas de escolha de diretores: “a livre indicação pelos poderes do Estado, Diretor de carreira, Concurso público; Indicação por listas; Eleição direta; dentre outras”.

Ainda em Paro (2003) vimos o detalhamento dessas classificações das formas de provimento ao cargo de diretor/gestor: Nomeação; Concurso e Eleição.

No que diz respeito ao processo de Nomeação para o cargo de diretor/gestor, ainda em Paro (2003) vimos que se dá com uma prévia exigência de qualificação específica e uma experiência mínima do candidato ou por razões de cunho político-clientelistas ou até mesmo pela junção desses dois critérios mencionados.

Esta é a maneira que ainda é muito encontrada nos sistemas de ensino público e bastante criticada pelos teóricos da gestão escolar, por afirmarem que a nomeação através de autoridade estatal leva o processo ao clientelismo político, assim como mencionado por Dourado (1990, p. 103) para o qual o “produto final desta escolha é a transformação da escola naquilo que numa linguagem do cotidiano político pode ser designado como ‘curral eleitoral’ cristalizado pela política do favoritismo e marginalização das oposições”.

Neste caso da indicação política, o candidato poderia ter ou não vínculo empregatício com o Estado ou Município e até mesmo com a escola, ser professor ou não da escola. Se o candidato não tem nenhum vínculo com o sistema de ensino ou com a escola, o que se vê é o gestor/diretor se tornar apenas um cabo eleitoral. Desta forma a escola é regida pelas influências político partidárias e cabe a este diretor/gestor, que foi nomeado, seguir as “regras” do mandatário político, e/ou do prefeito ou vereador do

atual partido, pois assim o diretor/gestor garante sua vaga por mais quatro anos, caso o partido e/ou prefeito sejam reeleitos.

Esta indicação dos diretores/gestores pelos poderes do Estado, assim como chama Dourado (1990, p. 104), “imobiliza a abertura de canais legítimos de participação, a medida em que o diretor prescinde do respaldo da comunidade escolar, trabalhando, pois, numa situação em si, instrumentalizadora de práticas autoritárias”. Assim o que vemos é a comunidade escolar ficar impossibilitada de participar ativamente das tomadas de decisões que a permeiam.

Outra modalidade de provimento ao cargo de diretor/gestor é o Concurso Público, realizado através de provas e títulos. Através da prova pode ser avaliado os conhecimentos técnicos e pedagógicos de cada candidato, e através do título saber se estes já passaram por algum curso de especialização após sua formação acadêmica inicial. Autores como Paro (2003) e Dourado (1990) apresentam duas faces para esta modalidade, dizendo que há virtudes e fraquezas.

Como principais virtudes são apresentadas por Paro (2003, p. 19), “a objetividade, a coibição do clientelismo e a possibilidade da aferição do conhecimento técnico do candidato”. Desta forma é possibilitado um tratamento de igualdade entre os candidatos que irão participar do processo de seleção que propiciará uma melhor escolha do candidato, pois a seleção tem a finalidade de eliminar os candidatos que não tenham conhecimentos técnicos e pedagógicos para ocupar o cargo.

De acordo com Dourado (1990, p. 104) também vimos que “a defesa desta modalidade tem sido tônica geral em setores da comunidade científica, por se imputar a esta a objetividade na escolha de méritos intelectuais”. A partir do momento que a escolha para diretores se dá através de critérios como bom desempenho nas provas e comprovação de títulos acadêmicos vai dificultar que aconteça o favorecimento de razões político-clientelistas.

Com dito anteriormente, a literatura não somente aponta as virtudes do concurso público na escolha para diretor/gestor, mas que esta modalidade de escolha também pode ser considerada insuficiente, uma vez que “ele não se presta à aferição da liderança do candidato diante do pessoal escolar e dos usuários da escola” (PARO, 2003, p. 21).

Mesmo que esta modalidade de escolha através de concurso público proporcione um tratamento de igualdade para as pessoas que estejam realizando a prova e tem um objetivo comum que é ingressar no serviço público, “no caso dos diretores de escola, há, um conjunto de qualidades que devem ser apuradas e que, via de regra, escapam à

capacidades de examinadores distantes” (DOURADO, 1990, p. 105 apud MARÉS, 1983, p. 50). Ainda assim como vimos em Dourado (1990, p. 105) “defender o concurso público, a nosso ver, deve ser bandeira a ser empunhada e efetivada, enquanto prática cotidiana, hoje já consagrada pela constituição – pelo menos, para o setor público, para o ingresso na carreira docente”.

Percebemos na literatura, que há autores que criticam e outros que defendem o sistema de escolha de diretor/gestor através do Concurso Público. Um dos principais pontos da crítica é que com esta modalidade de escolha não é possível identificar a liderança do candidato diante do pessoal que compõe a escola e dos usuários da mesma. Desta forma também não existe a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões dentro da escola, participação esta que seria importante, pois as pessoas que compõe a escola conhecendo os sujeitos que nela trabalha poderiam identificar as pessoas que teriam essa liderança necessária para dirigir uma escola.

Este processo de escolha através de concurso público não é democrático, pois a escola e os sujeitos que a compõe não participam da escolha de seu dirigente. Comprendemos nos estudos que a modalidade de escolha de diretores/gestores escolar mais defendida e mais adequada pelos pesquisadores é a Eleição.

Este processo de escolha para diretores/gestores através da eleição apresenta-se de várias formas, que pode ser desde a delimitação do colégio eleitoral até a definição operacional para o andamento e transparência deste processo, assim como apontados por Dourado (1990). A delimitação do colégio eleitoral pode ser restrito a uma parcela ou toda a comunidade escolar (alunos, pais, professores e demais funcionários da escola); e a definição operacional do processo refere-se a data, local, horário e a valorização operacional dos votos de participação de todos que estão envolvidos neste processo.

A eleição para diretores/gestores tem sido historicamente uma das lutas dos movimentos dos docentes, pais e alunos na busca da democratização da escola, pondo fim ao autoritarismo e ao clientelismo presente nas modalidades de escolhas acima citados. Porém devemos levar em consideração que a eleição não é o único caminho na busca da democratização da escola, mas um importante caminho. “Embora as eleições se apresentem como um legítimo canal na luta pela democratização da escola, e, da sociedade – e não o único” (DOURADO, 1990).

Na história da educação brasileira muitos foram os aspectos relacionados ao termo da democratização da educação e/ou da escola. Segundo Oliveira (2001, p. 101)

“a luta pela democratização da educação básica, então, assume o aspecto de ampla defesa do direito à escolarização para todos, a universalização do ensino e a defesa de maior participação da comunidade na gestão da escola”. Durante a década de 1990 o assunto presente nas políticas educacionais e defendido por todos que estavam na luta das questões em torno da educação abordavam a necessidade da descentralização e da luta pela democratização dos sistemas de ensino que vai muito além da defesa da garantia do acesso e a consolidação da escola pública, laica, gratuita e de qualidade para todos.

2.2 A DEMOCRACIA NA ESCOLA E SUA VIVÊNCIA

Na literatura estudada vimos que a discussão em torno da democratização da escola pública é de grande relevância para os pesquisadores na área da educação. Dourado (2003, p. 89) aponta que “a democratização da escola passa pela democratização do acesso, da permanência e da gestão”.

Na década de 1980, o discurso foi a expansão do acesso à escola, no qual se buscava que todos, independente da classe econômica, tivessem direito a uma educação básica gratuita, pois até então a escola era restrita apenas para a elite. Em seguida, a democratização da escola passou pela busca da democratização da permanência e evasão, pois os alunos estavam evadindo das escolas depois de sequenciais reprovações, por não estarem conseguindo acompanhar o ritmo da escola, ou melhor, a escola pública não estava buscando adequar-se às condições dos seus novos alunos, respeitando o processo de ensino-aprendizagem de cada um e a bagagem que eles já traziam. Como a escola não buscou se adaptar a essas diferenças acabou gerando este novo problema, que foi a evasão destes alunos da escola. Posteriormente, surge o debate para a democratização da gestão escolar, que se iniciou quando o país lutava pelo restabelecimento de um sistema democrático através de eleições diretas para prefeitos e governadores. Desta forma iniciou-se a discussão acerca da democratização da gestão escolar, que poderia se dá através da eleição direta para diretores/gestores das escolas públicas.

Percebemos que a escola passou por várias configurações e a nova configuração é na reorganização da gestão escolar na qual se busca a consolidação de uma gestão democrática da escola pública. E uma das lutas deve ser a defesa de uma maior participação da comunidade na gestão escolar. Pois como já apresentamos

anteriormente neste trabalho, a eleição direta para diretores/gestores escolares é um importante caminho, mas não o único na busca da democratização da escola, assim como apontado por Dourado (1990).

É necessário que o diretor/gestor crie na escola novos mecanismos de participação, fazendo com que toda a comunidade escolar possa participar de sua gestão, para que esta gestão não caía na cultura autoritária, cultura esta que tem caracterizado a política educacional brasileira. “A participação na gestão da escola não se resume apenas à dimensão formal, normativa, que se expressaria pelo direito ao voto, mas a criação de mecanismos que impliquem na superação de práticas clientelistas e autoritárias” (MARQUES, 2007, p. 77).

A democratização da escola passa pela construção de relações democráticas no cotidiano escolar. Assim, o diretor/gestor deve criar mecanismos de participação na escola, fazendo com que toda a comunidade escolar (professores, funcionários, alunos e pais) possa ser participantes ativos nas tomadas de decisões da escola. Sabemos que por muitos motivos a comunidade escolar não participa da escola. Motivos estes, talvez, por não ter abertura da escola, a mesma, ou melhor, o diretor/gestor deve proporcionar meios em que a comunidade possa conhecer o cotidiano da escola, pois a partir do momento que as pessoas passam a conhecer a escola, a viver a escola, despertará o sentimento de pertencimento. Sentimento este que fará com que a comunidade possa realmente participar da escola e das discussões em torno das tomadas de decisões que dizem respeito à escola e a todos que a compõe.

Nos estudos sobre gestão escolar, vimos que a abordagem do processo administrativo escolar começa a ser ampliado, passando de uma simples técnica para um modelo de administração mais amplo que envolve não somente os aspectos administrativos e financeiros, mas principalmente os aspectos pedagógicos que estão relacionados ao processo de ensino-aprendizagem. Assim também não podemos esquecer a função do papel da escola diante da sociedade e que o diretor/gestor através de sua gestão deve levar a escola a cumprir com a sua função social e política.

Assim compreendemos que a escola cumpre com seu papel quando consegue aumentar a área de sua atuação educacional, passando não somente a ser responsável pela socialização do saber historicamente construído, mas quando proporciona ao educando dentro da escola a vivência de um ideário democrático, abrindo espaços de diálogos e discussões acerca dos problemas vivenciados dentro da escola buscando em conjunto a solução dos problemas e encaminhamentos na busca de melhorias dentro da

escola. “A escola não é um espaço de simples aquisição de conhecimentos, mas de aprendizados outros, como o das práticas democráticas” (MARQUES, 2007, p. 59). Este é um dos desafios para a gestão da escola, que é proporcionar espaços onde a democracia possa ser vivenciada dentro do ambiente escolar.

Dourado (2003) aponta que muitos são os mecanismos de consolidação da gestão democrática na escola, tais como: Conselho escolar, Construção de Projeto Político Pedagógico, Grêmios estudantis, lutar pela autonomia financeira da escola, entre outros.

No que também diz respeito à escola na questão de garantir o direito a democracia e participação, foi observado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB N° 9.394/96, art. 14 que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades” (BRASIL, 1996).

Com base na Lei e nas discussões apresentada pelos autores percebemos que podem ser muitas as alternativas na busca da gestão democrática nas escolas públicas que pode se dar por meio da eleição para diretores/gestores; participação dos docentes e/ou da comunidade escolar na elaboração do projeto político pedagógico; entre outros.

Como bem aponta Paro (2003, p. 27),

a democratização da escola pública deve implicar não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses, o que inclui o envolvimento no processo de escolha de seus dirigentes.

Sendo assim, compreendemos que se faz necessária a articulação entre a forma de provimento ao cargo de diretor/gestor e como se dará o exercício de sua função, pois a forma de como o diretor/gestor foi escolhido pode não definir como será sua gestão, mas vai interferir no andamento desta gestão.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização deste trabalho realizamos uma pesquisa bibliográfica no qual buscamos embasamento teórico que pudessem contribuir com o estudo dos conhecimentos acerca das maneiras de provimento ao cargo de diretores escolares e a forma deste provimento que caracteriza um mecanismo de gestão democrática. “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc” (SEVERINO, 2007, p. 122).

Vale ressaltar que o procedimento metodológico em questão se deu através de uma abordagem qualitativa. A fim de ressaltarmos a importância por uma abordagem qualitativa citamos Lüdke e André (1986) no qual trazem uma discussão sobre o conceito de abordagem qualitativa apresentada por Bogdan e Biklen (1982),

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Segundo os dois autores, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intenso de campo (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 11).

A presente pesquisa se concentrou no estudo de caso da gestão escolar do município de Camaragibe, como já mencionado, onde buscamos caracterizar a maneira de provimento ao cargo de diretor/gestor e como esta modalidade repercute no cotidiano da escola. Assim como apontado por Severino (2007, p. 121), o estudo de caso é uma pesquisa “que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”.

No que se refere à pesquisa campo, citamos as autoras Marconi e Lakatos (1996, p. 75) no qual dizem que “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

A pesquisa ocorreu no município de Camaragibe, região metropolitana do Recife. O município possui vinte e três escolas, distribuídas em seus bairros. A realização desta pesquisa ocorreu em três escolas, devido ao curto tempo para realização deste trabalho não foi possível trabalhar com um maior número de escolas. A escolha das escolas foi de maneira aleatória, os únicos critérios para escolha foi a localização destas por ser de fácil acesso e por estas terem um maior número de pessoas, considerando que por se tratar de escolas municipais há muitas escolas pequenas. A fim de resguardarmos a identidade das escolas e dos sujeitos envolvidos manteremos seu anonimato na pesquisa.

A escola 1, oferta os níveis de Ensino do Fundamental I (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos (1º ao 3º módulo). A escola é constituída por diretor, auxiliar administrativo, o corpo docente é constituído por professores efetivos (funcionário público), estagiários que acompanham alunos com necessidades

educacionais especiais, merendeiros e auxiliar de serviços gerais. O corpo discente é composto por dezoito turmas, sendo nove no turno da manhã e outros nove no turno da tarde, sendo em torno de quinhentos alunos. No turno da noite a escola oferece as turmas do módulo 1 ao módulo 3 da Educação de Jovens e Adultos. No final de semana a escola está aberta para o Programa Escola Aberta, no qual oferece algumas oficinas para a comunidade escolar e extraescolar.

A escola 2 oferece os níveis de Educação Infantil, Ensino fundamental (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos. O estabelecimento de ensino é composto por diretor, auxiliar administrativo, o corpo docente é formado por professores efetivos (funcionário público), estagiários que acompanham alunos com necessidades educacionais especiais e a turma da educação infantil, merendeiros, auxiliar de serviços gerais. O corpo discente é composto em média por duzentos e setenta alunos, distribuídos em onze turmas, seis no turno da manhã e cinco a tarde. No turno da noite tem uma turma mista com alunos do módulo 1, 2 e 3 da Educação de Jovens e Adultos. No final de semana a escola oferece o Programa Escola Aberta com oficinas diversas para a comunidade escolar e extraescolar.

A escola 3, oferta turmas de Educação infantil, Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos. O estabelecimento de ensino é formado por diretor, auxiliar administrativo, coordenador pedagógico, o corpo docente é constituído por professores efetivos e estagiários que acompanham a turma de Educação Infantil e alunos com necessidades educacionais especiais, merendeira, auxiliar de serviços gerais. O corpo discente é composto por quinhentos e oitenta alunos distribuídos em dezessete turmas, sendo oito pela manhã e nove no turno da tarde. A noite tem uma turma do módulo 1 e uma turma mista com módulo 2 e 3 da Educação de Jovens e Adultos.

Na coleta de dados realizamos entrevistas semiestruturadas com questões direcionadas, previamente estabelecidas e determinada articulação, assim como orienta Severino (2007). Foram realizadas entrevistas com dezoito sujeitos, sendo eles: três diretores, onze professores, um coordenador pedagógico e quatro auxiliares administrativos. Não foi possível realizar entrevista com mais professores devido ao tempo e disponibilidade de cada um deles. Inicialmente também desejávamos entrevistar outros sujeitos, como secretário municipal de educação ou representante da Secretaria de Educação e pais de alunos, mas devido a problemas do dia a dia e ao pouco tempo não conseguimos todos os sujeitos conforme o planejado.

As entrevistas foram divididas em duas partes: 1- Caracterização do perfil dos sujeitos entrevistados; 2- Conhecendo sobre a temática de estudo. Na primeira conseguimos levantar os seguintes dados: Todos os sujeitos entrevistados são do sexo feminino; a faixa etária variou de trinta e cinco a cinquenta e nove anos; em relação ao cargo desses sujeitos foram três diretores, onze professores e quatro auxiliares administrativos. Desses profissionais a maioria são funcionários públicos, apenas um auxiliar administrativo informou que seu vínculo empregatício é cargo comissionado.

Quanto à escolaridade desses sujeitos temos: os três diretores possuem graduação em Pedagogia. Um não possui curso de especialização, outro tem especialização na área de Docência do Ensino Superior e outro disse ter especialização em Planejamento e Administração Escolar e chegou a ingressar no mestrado na área de Gestão Escolar, porém não conseguindo concluir. Em relação aos professores, nove possuem graduação em Pedagogia, sendo um com licenciatura em História e outro licenciatura em Ciências Biológicas. Destes professores, dez possuem especialização em alguma área. Apenas um professor não possui curso de especialização. Quanto aos funcionários administrativos, um possui Ensino Médio completo, outro está cursando Pedagogia, um possui graduação em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia, outro tem graduação em Administração de Empresas.

Na segunda etapa das entrevistas com os diretores/gestores objetivamos saber como chegaram a ocupar este cargo, o que apontaram sobre a forma de provimento a este cargo e conhecer um pouco como são tomadas as decisões da escola. Nas entrevistas com os professores e outros funcionários das escolas buscamos também saber o que eles tinham a dizer sobre a modalidade de escolha para diretores/gestores escolares deste município e como esta modalidade repercute no cotidiano das escolas.

Com os dados coletados começamos a analisar os dados das entrevistas transcritas e categorização destes dados. Segundo Bardin (1977, p. 37), “pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo”.

A seguir, apresentamos os dados da pesquisa realizando articulação com a bibliografia aprofundada neste estudo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Iniciamos a discussão dos dados coletados apresentando como se dá a forma de escolha para diretores/gestores no município de Camaragibe atrelado ao que a bibliografia estudada aponta como um dos mecanismos de gestão democrática escolar, posteriormente apresentando como esta maneira de provimento ao cargo de diretor repercute no cotidiano escolar, a fim de cumprir com os objetivos propostos neste trabalho.

Para resguardar a identidade das escolas e dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, quando necessário, utilizamos a expressão numérica para identificarmos as escolas e os sujeitos, exemplos: Escola 1, 2 e 3; Diretor/gestor 1, 2 e 3; Professor 1, 2, 3, 4; Funcionário 1, 2, 3, 4.

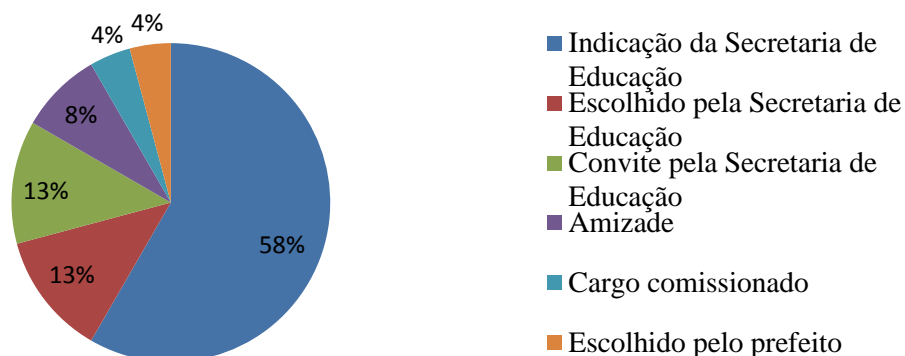
Aproveitamos o momento para mais uma ressalva, a partir de agora utilizaremos apenas o termo diretor e não mais diretor/gestor como apresentado no decorrer deste trabalho, visto que a maioria dos sujeitos entrevistados usa o termo diretor e não gestor, inclusive um dos diretores ao ser entrevistado fez uma colocação no qual disse que no município de Camaragibe não se usa o termo gestor, e sim diretor. Até mesmo quando sai a portaria de ingresso ao cargo, consta Diretor escolar.

4.1. FORMAS DE INGRESSO PARA DIRETORES NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE

De acordo com a bibliografia estudada e como acima elucidada vimos que a modalidade de escolha para diretor escolar pode contribuir com a democratização da educação e da gestão escolar. Analisando os extratos das entrevistas identificamos qual é a forma de provimento ao cargo de diretor escolar no município de Camaragibe.

A maioria dos sujeitos entrevistados apontou que a forma de ingresso ao cargo de diretor escolar no município de Camaragibe se dá por meio de Indicação da Secretaria Municipal de Educação. Outros termos também foram utilizados, tais como: Convite pela Secretaria de Educação, amizade, cargo comissionado, escolhido pelo prefeito. Abaixo segue um gráfico mostrando com que frequência os termos acima apareceram na fala dos sujeitos.

Gráfico 1: Forma de ingresso ao cargo de diretor escolar no município de Camaragibe-PE.



Fonte: Entrevistas realizadas com diretores, professores e funcionários escolares do município de Camaragibe-PE.

Sendo assim, os dados apresentados na legenda do gráfico acima, no qual foi resultado das entrevistas realizadas aos sujeitos, convergem para o que se pode dizer que a forma como o diretor é escolhido neste município é através da Indicação por parte da Secretaria de Educação. Durante a pesquisa perguntamos aos sujeitos se existem critérios estabelecidos para esta indicação, uma pequena parte dos professores disse não ter conhecimento da existência de critérios, mesmo estando a um bom tempo na rede. Mas a maioria deles informou que um dos critérios para esta indicação é que a pessoa que vai ser convidada ao cargo de diretor escolar deve ser do quadro de professor da rede e realizar um bom trabalho em sala de aula.

Ao realizarmos as entrevistas com os sujeitos e questionarmos qual a forma de escolha para diretores no município, alguns deles relataram da seguinte forma:

Indicação. Convite da Secretaria né. A única coisa que o município conseguiu avançar com relação a isso é que as pessoas que são indicadas são do quadro, e antes a gente não sabia nem de onde é que vinham pra esses cargos. Desde o ano 2000, que uma das exigências do sindicato é que os cargos de diretor convidados sejam professores da rede (Professor 3, escola 3).

Aqui nesta rede, a gente é escolhido pela Secretaria de Educação, certo. A Secretaria de Educação quando eles têm boa referência do nosso trabalho como professora, em questão de horário, de prática mesmo de sala de aula, compromisso com a educação, aí eles tem essa

visão do funcionário e chama pra e pergunta se a gente quer assumir, né (Diretor 2, escola 2).

É indicação né, cargo comissionado. O gestor (prefeito) ele indica a pessoa né, e essa pessoa aceitando ela é retirada do quadro de professor, que geralmente é um professor, é um dos critérios ser professor (Professor 4, escola 1).

É escolhido pelo prefeito. É indicação (Professor 2, escola 2).

Conforme já falado anteriormente, os estudos mostraram que algumas são as formas de escolha ao cargo de diretor e que todas elas podem variar, mas suas características não mudam. Sendo assim, pudemos fazer uma relação com a bibliografia estudada, onde esta forma de escolha para diretor por meio de indicação é o que Paro (2003) vai chamar de diretor nomeado ou até mesmo como outros autores chamam de indicação política. Esta indicação pode ter razões político-clientelista ou pode se dar a partir de critérios previamente estabelecidos ou não.

Esta forma de escolha para diretor escolar não é um caso particular do município de Camaragibe, ainda é muito encontrada nos sistemas públicos de ensino. Assim como apontado na bibliografia estudada, o risco nesta modalidade de escolha é cair no chamado clientelismo político, como Dourado (1990) chama de ‘curral eleitoral’, que é onde o diretor nomeado/indicado começa a reger a escola de acordo com as influências políticas partidárias e/ou influências do favoritismo. Ainda em Dourado (1990), neste caso, o papel do diretor termina sendo um representante do executivo nas escolas.

A maneira de como o diretor é escolhido no município de Camaragibe pode confundir-se com o que Dourado (1990) chama de diretor de carreira, visto que na fala de alguns sujeitos aparece que para uma pessoa ser indicada pela Secretaria de Educação ao cargo de diretor é preciso que ela atenda alguns critérios, como ser professor da rede e desenvolver um bom trabalho em sala de aula. Porém no caso do município estudado esses critérios são pautados com a exclusão da comunidade escolar, ou seja, a comunidade não participa e nem participou da definição desses critérios.

Nos extratos das falas dos sujeitos entrevistados ficou claro que a escolha para diretores é através de uma indicação por parte da Secretaria de Educação, que até certo momento se dava de qualquer maneira, sem ter nenhum vínculo efetivo com a prefeitura e principalmente com a área de educação.

Antes, um tempo atrás era, podia ser qualquer pessoa. Mas só que já houve uma mudança há um tempo, em que deve ser professor da rede. Eles têm que ser professor da rede (Funcionário 2, escola 2) .

Só caminhou neste sentido, só coloca as pessoas do quadro, da rede. Que antigamente nem professor era, era cargo político de alguém que ficava como diretor. Totalmente equivocadas, até pessoas semianalfabetas, sem querer desmerecer ninguém (Professor 3, escola 3).

A exigência de se estabelecer alguns critérios, como serem professores da rede, para a indicação dos cargos de diretor escolar por parte da Secretaria de Educação se deu através de reivindicações de alguns professores que não concordam com a atual forma de escolha para diretores escolares no município.

Corroborando com esta reivindicação, vimos na bibliografia estudada que alguns autores também não concordam com esta modalidade de escolha para diretores escolar, Dourado (1990) fala que neste caso de indicação o diretor termina ficando a mercê de quem o indica, assim immobilizando a abertura de caminhos autênticos de participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões da escola.

4.2. ESCOLHA PARA DIRETORES COMO UM MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA GESTÃO ESCOLAR

A escolha para diretores pode ser um caminho na democratização da educação e da gestão escolar. Como visto na bibliografia algumas são as formas de escolha para diretores nos sistemas públicos de ensino e a maneira mais indicada para o provimento ao cargo de diretores é através da eleição, por esta ter seu caráter democrático e propiciar aberturas de participação de toda a comunidade escolar nas tomadas de decisões da escola.

No entanto, Paro (2003) deixa claro que a eleição para o provimento ao cargo de diretores escolares não será a solução para todos os problemas da escola e que também não vai garantir uma gestão democrática, porém é um importante fator para esta democratização.

Na medida em que enseja o envolvimento dos usuários e do pessoal da escola na tomada de decisão a respeito da melhor liderança para a instituição escolar, estimulando também a conseqüente participação na discussão das questões que envolvem o assunto, a escolha de diretores

pela via eletiva pode ser importante elemento de exercício democrático e de fortalecimento da autonomia da escola (PARO, 2003, p. 42).

Sendo assim, compreendemos que se faz importante que toda comunidade escolar, especialmente pais e alunos, não tenham acesso apenas aos serviços disponibilizados pela escola, mas que estes também possam participar das tomadas de decisões que permeiam a escola e que são de seus interesses, e isto também inclui a participação destes na escolha dos diretores.

A discussão que permeia em torno da democracia participativa é com o intuito de garantir a democratização das relações que se estabelecem dentro da escola e principalmente na gestão da escola.

Com a participação na definição dos rumos da escola, os que compõem a comunidade escolar têm a possibilidade de vivenciar um processo diferenciado de gestão da coisa pública, que passa a ser também de sua responsabilidade, contribuindo, assim, na construção de sua cidadania (MARQUES, 2012, p. 147).

Nesta perspectiva de uma gestão democrática, o sistema escolar que oportunizar a eleição para diretores escolares, também devem pensar políticas em que proporcione uma adequada estrutura aos sujeitos das escolas onde estes possam estar inseridos no cotidiano da escola.

Durante o diálogo com os sujeitos que participaram da pesquisa, perguntamos aos diretores como são realizadas as tomadas de decisões dentro da escola e se eles criavam espaços de fortalecimento de participação. Todos os diretores afirmaram que as decisões que permeiam o cotidiano das escolas são tomadas em conjunto, com professores, demais funcionários, e dependendo do assunto a ser discutido até convocavam os pais e alunos (dependendo da idade).

Os professores, a comunidade em si, os professores, os funcionários, né, ouvindo a opinião da própria comunidade, dos próprios pais também né. Mas é mais os professores e a direção (Diretor 1, escola 1).

As tomadas de decisões quando se trata das questões pedagógicas são tomadas com o professor e o gestor. A gente senta, conversa, o problema é colocado, a gente joga pra todos pensarem e cada um colocar a sua opinião e a gente tomar a melhor, a decisão que a maioria achar melhor. Quando é em relação ao administrativo, né,

assim, em questões de limpeza, de merenda, de secretária, [...] aí a gente senta o grupo interessado, ou da merenda, ou do administrativo e vamos conversar [...] Agora quando se trata, assim, por exemplo, da reunião da Unidade Executora que a gente sempre faz por causa, quando chega recursos, né, aí são representantes de pais, de alunos, de professores, funcionários (Diretor 2, escola 2).

Geralmente a comunidade escolar, né: professores, alunos, pais. Todas as medidas que a gente precisa tomar, a gente tá sempre conversando com eles (Diretor 3, escola 3).

Em relação aos espaços de criação de fortalecimento de participação, todos os diretores afirmaram que se dá por meio de reuniões com os professores e demais funcionários, onde todos eles expressam seus posicionamentos. Quanto a participação dos pais nas escolas se dá por meio das reuniões pedagógicas e promovendo eventos para os pais.

A gente promove uma seresta anualmente pra eles, né, pra integrar mais a comunidade dentro da escola. A gente abre a escola aos sábados pra o Escola Aberta onde há participação da família também. É através destas participações (Diretor 1, escola1).

Só temos aqui: reuniões de pais, né, que são os plantões pedagógicos, ou alguma reunião que a gente marca quando a gente tem algum problema com a comunidade [...]. Vou dizer pra você, é o ponto fraco da escola é isso, essa interação maior da comunidade. Agora a gente tem o quê, tem essa reunião da Unidade Executora (quando chega os recursos na escola), a gente tem o dia da família na escola, a gente tem agora também o PSE (Programa Saúde na Escola), ele fortaleceu um pouco, porque o PSE é a saúde dentro da escola, não é. São ações do Posto de Saúde dentro da escola (Diretor 2, escola 2).

Quanto aos professores e outros funcionários, quando também questionamos como as decisões são tomadas no cotidiano da escola, um alegou que a participação tanto dos professores e funcionários é na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), e que isso quase não acontece visto que nem todo ano o PPP é atualizado; outros dizem que a participação dos pais é através das reuniões, não só as pedagógicas, mas tomar algumas decisões em relação ao cotidiano da escola.

Através de reuniões, conversas. *Entrevistadora: Mas essas reuniões com os pais são apenas plantão pedagógico, para falar de nota de alunos?* Não, não. Ela faz reuniões pra mostrar todos os projetos, as coisas que a escola precisa, as dificuldades... Conversa primeiro com os professores, os professores mostram as dificuldades, depois ela reúne com os pais, passa as dificuldades apresentadas e também os professores. Tem reuniões que é só ela e os pais e tem reuniões também em que os pais participam com os professores (Professor 1, escola 2).

Sempre existem momentos de reuniões com toda escola e sempre existem também reuniões com os pais, tanto a nível administrativo quando a gente também é convocada para participar, como também a nível pedagógico que exige mesmo a nossa participação para conversar com os pais (Professor 1, escola 3).

Em relação as tomadas de decisões, todos os professores e funcionários disseram que todas as decisões que permeiam a escola são tomadas em conjunto, na maioria das vezes entre professores e diretor quando se tratam das questões pedagógicas, algumas vezes com os pais, professores, funcionários e diretor. Todos os sujeitos independentes das escolas alegaram que as decisões nas escolas são sempre tomadas em conjunto, exceto aquelas que já vêm diretamente da Secretaria Municipal de Educação e muitas vezes não tem como ser diferente do que é determinado para as escolas seguirem.

Percebemos que no discurso dos diretores, cada um a seu modo falou como se davam os espaços de participação com os professores, funcionários, pais e alunos, sejam em relação às tomadas de decisões que permeiam o cotidiano das escolas ou outras formas da comunidade escolar estar mais presente dentro da escola. Porém percebe-se que isso é muito pouco, assim como explicitado na fala do diretor 2, escola 2, onde ele diz que ainda é preciso avançar nestes espaços de participação dentro da escola, não só da comunidade escolar, mas da comunidade extraescolar também.

Sendo assim, o diretor deve criar dentro da escola novos mecanismos de participação para que a comunidade escolar também possa participar de sua gestão, para que esta gestão não caía em uma cultura autoritária, cultura esta que tem caracterizado a política educacional brasileira. Como bem apontado por Dourado (1990), deve existir uma articulação entre a forma de escolha para diretor e o exercício desta função, pois o importante é como a democracia será vivenciada no cotidiano escolar.

4.2.1. REPERCUSSÕES DA FORMA DE ESCOLHA DOS DIRETORES NO COTIDIANO ESCOLAR

Analisando os extratos das falas dos sujeitos buscamos compreender como a modalidade de provimento ao cargo de diretor no município de Camaragibe repercute no cotidiano escolar. Quando questionamos aos diretores, professores e funcionários se eles conheciam outras formas de provimento ao cargo de diretor a maioria deles informou que conhecia a eleição direta. Apenas um alegou não ter conhecimento de outro processo de escolha para diretor escolar. Mas a grande maioria tem conhecimento da eleição como uma das formas de escolha para diretor nos sistemas públicos de ensino. Um dos diretores relatou da seguinte maneira:

No Recife é através de Eleição, né, alunos, pais e professores votam né. Agora, é porque pra escola ter eleição pra diretor, ela tem que ter um conselho escolar formado. As escolas de Camaragibe ainda não tem esse Conselho. Já tentaram começar, tudinho, mas eles sempre empacam em alguma coisa e não concluíram. Por isso que ainda não temos (Diretor 2, escola 2).

Nesta fala, identificamos não somente que o diretor tem conhecimento da eleição como uma das formas de se eleger um diretor, mas também foi possível identificar o motivo de ainda não existir a eleição como provimento ao cargo de diretor escolar no município de Camaragibe. Outros sujeitos também apontaram como uma das dificuldades de implantar a eleição para diretor a falta de um Conselho Escolar, que já até se tentou criar, mas não deu certo. Porém vale destacar que para haver eleição para diretores escolares vai depender da decisão do Sistema Municipal de Educação, ou seja, é uma opção de escolha do Sistema, não basta apenas constituir o Conselho Escolar para realização da eleição.

Quando perguntarmos aos diretores qual a sua forma de ingresso ao cargo de diretor, e se eles tinham conhecimento de outra modalidade de ingresso, buscamos saber deles qual seria a melhor forma de provimento ao cargo de diretor, através da indicação ou eleição. Obtivemos as seguintes respostas:

Independente de formas de se escolher gestor, o gestor tem que ter primeiro que tudo perfil, compromisso com a educação [...] Aqui não se dá o direito do professor, do funcionário, dos pais, escolher o seu

gestor. Mas nem sempre a escolha dos pais, do professor é a escolha certa. Entendeu? Porque vai depender dessa pessoa escolhida, se essa pessoa tem compromisso, e essa pessoa que tem esse perfil assim, de gerenciar uma escola com liderança mesmo, entendeu? (Diretor 2, escola 2).

A Eleição direta, porque a eleição ela elege o representante que a comunidade escolar deseja (Diretor 3, escola3).

Estes são os pontos de vista das pessoas que foram escolhidas para diretores através de indicação, talvez não seja fácil para estas pessoas apontar com clareza e com veemência qual é a melhor forma para se escolher um diretor. Posteriormente quando estes mesmos diretores foram questionados se eles consideravam que a forma como foram escolhidos foi democrática, percebemos certa contradição, vejamos:

Não. Eu não considero, porque a gestão, tudo que é assim, concentrado no pequeno grupo sem que a maioria saiba ou possa opinar e decidir não é democrático, né. [...] Não, não achei democrático. A eleição é uma forma mais democrática, que a comunidade vai votar, ela vai lá dizer se ela, ela expressa o que ela pensa naquele momento do voto, o que ela pensa da gestão. Se a gestão não é boa pra ela, ela vai lá e diz que não. Já não vota, ou vota no outro. Então eu acho importante isso (Diretor 2, escola 2).

Eu acredito que tenha sido democrático diante do grupo da Secretaria de Educação, [...] porque quando me convidaram não me convidaram exatamente para esta escola, [...] tinha três escolas para que eu pudesse escolher. Então, eu estou aqui porque foi uma opção, houve convite houve, mas aí eu pude escolher pra que escola eu gostaria de vir. Aí de uma maneira ou outra houve a democracia, né (Diretor 3, escola 3).

Na fala destes diretores percebemos que eles têm conhecimento de um processo democrático, porém consideramos que é preciso ampliar o significado de democracia, pois democracia não é para ser restrito a uma parcela de pessoas. Ou seja, o que é democrático para mim é para os outros e o que não é democrático para mim também não é democrático para os outros. Como disse um dos professores entrevistados,

democracia é uma pessoa ter que abrir mão de coisas que são importantes para ela, para aquilo que pode ser melhor para comunidade em seu entorno.

O que queremos chamar a atenção é de como este grupo de diretores veem a forma de escolha para diretor através da indicação, e de como a eleição direta pode se constituir como um mecanismo de efetivação da gestão democrática. Pois como afirmar Paro (2003),

nada há no processo eletivo exigindo que ele seja considerado como “a única garantia de democratização da escola”. O risco maior parece-me, é, por excesso de cautela, deixar de considerar as importantes contribuições que o processo eletivo pode trazer para a democracia (PARO, 2003, p. 29, grifo do autor).

Corroborando com este autor, acima explicitado, percebemos também no discurso da maioria dos professores e demais funcionários o desejo que eles têm em relação de a forma de provimento ao cargo de diretor escolar ser através da participação de todos que fazem parte da escola. Sem a pretensão de querermos quantificar os dados desta pesquisa, obtivemos os seguintes dados: 82% deles apontaram que a eleição é a melhor forma de ser escolhido o diretor; 10% disseram que tanto faz ser por indicação ou por eleição; e ainda houve a preferência que continuasse sendo por indicação, 8%.

Quando estes mesmos sujeitos são questionados se a forma como o diretor é escolhido vai refletir em como ele vai atuar dentro da escola, tivemos a maioria afirmando que realmente a forma da escolha interfere na atuação do diretor dentro da escola, outros acreditam que não vai haver interferência e outros justificam que vai depender de como estes diretores irão atuar.

Para cada uma das respostas acima elucidadas, podemos destacar extratos das falas destes sujeitos no qual justificam suas escolhas: O professor 1, escola 1, diz que “Se é indicado [...] Ninguém pode opinar, ninguém pode falar. Quando é através de escolha de um voto, a gente ainda é ouvida. Não precisa só tá escutando o que a secretaria de educação diz”. Em relação a não acreditar que a forma de escolha para diretor vai interferir em como este vai atuar dentro da escola, o professor 4, escola 1, diz que nem sempre vai interferir: “Assim, o gestor da escola ele sendo indicado, ele sendo um bom profissional, independente da forma como ele entrou, ele vai fazer um bom trabalho”. Já o professor 2, da escola 2, diz que vai depender da atuação do diretor:

“Que às vezes o gestor ele chega aqui já pronto com aquelas decisões e a partir do momento que o grupo da escola se reuni essas decisões são retomadas, são refeitas”.

Assim percebemos nas entrevistas realizadas que mesmo estes sujeitos tendo a consciência de qual seria a melhor forma de se eleger um diretor, ainda há aqueles que de certa forma concordam com a indicação como maneira de escolha para diretores.

Dialogando com os estudos que embasaram esta pesquisa, um dado importante que nos fez refletir sobre o que já foi acima apontado por Paro (2003) no que concernem as contribuições importantes de um processo eletivo dentro da escola foi um trecho da fala da entrevista de um professor, no qual este disse que a escolha do gestor é um exercício de efetivação da democracia, e que servirá até mesmo de aprendizado para o aluno. E o diretor é uma pessoa que vai efetivamente exercer democracia dentro da escola, que vai fazer a escola caminhar com autonomia, nem que esta seja mínima. É por isso que deve haver eleição para se escolher um diretor escolar.

Sendo assim, se faz importante não só repensarmos na forma de provimento ao cargo de diretor através da eleição como um dos elementos de efetivação da democracia, mas como no cotidiano a democracia está sendo vivenciada.

Desta forma a escola deve repensar o seu papel e a sua função social, pois assim ela conseguirá aumentar sua atuação educacional, deixando de não só ser responsável pela socialização dos saberes historicamente construído, porém passando a proporcionar ao educando dentro da escola a vivência de um ideário democrático, não somente aos alunos, mas a todos que foram convidados a estarem dentro da escola, a participar e vivenciar a escola.

Assim como apontado por Dourado (2003) a gestão democrática deve ser compreendida por meio de processo não só de luta política, entretanto também de aprendizado. Considerando que a educação é uma prática social deve haver dentro da escola a possibilidade de criação de caminhos de efetiva participação e de aprendizado outros, como o jogo democrático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo investigou como se dá a forma de provimento ao cargo de diretor na rede municipal de ensino em Camaragibe, região metropolitana do Recife-PE. Nossa proposta buscou caracterizar qual a forma de escolha ao cargo de diretor é apontado na literatura como um mecanismo de efetivação da gestão democrática, bem

como analisar como esta modalidade de escolha para diretor na rede de ensino do município de Camaragibe repercute no cotidiano da escola.

Na análise realizada percebemos que o município conseguiu avançar, mesmo ainda realizando a escolha para diretores através de indicação, conforme observamos nas falas dos sujeitos o avanço se deu em relação a no mínimo se estabelecer alguns critérios para esta indicação a diretor.

A escolha para diretores através da indicação não é um caso particular do município de Camaragibe, estudos mostraram que esta é uma realidade que se faz presente principalmente nas redes municipais de ensino público. Em um estudo realizado na região metropolitana do Recife, sobre a eleição de diretores nas políticas de democratização da educação, Marques (2012) cita algumas cidades que já realizam eleições para eleger os diretores escolares, sendo eles: Recife, Olinda, Paulista, Jaboatão Moreno e Cabo de Santo Agostinho. Durante a nossa pesquisa buscamos informações se teriam outros municípios da região metropolitana do Recife que também já realizassem eleição para diretores, mas devido ao curto tempo não conseguimos localizar outros trabalhos da mesma natureza onde fizesse o apontamento de outros municípios.

Consideramos que de certa forma houve um avanço no município de Camaragibe, porém compreendemos que ainda é preciso avançar mais. É preciso que essa escolha para diretores seja de forma democrática, onde toda a comunidade escolar possa participar da escolha de seu diretor e das decisões que permeiam o cotidiano da escola.

Através dos dados coletados nas entrevistas e com a bibliografia estudada, podemos concluir que a maneira de provimento ao cargo de diretor escolar pode não definir o tipo de gestão, mas que vai interferir no andamento desta. A eleição para diretores escolar, assim como apontado por alguns autores na literatura é a melhor maneira quando se quer buscar uma gestão democrática. Não é o único caminho na busca da democratização escolar, porém um importante caminho, e que todos os sujeitos que participam da escola não pode deixar de considerar relevante a contribuição que este processo de escolha para diretores pode trazer para o exercício da democracia.

Por fim, concluímos que, mesmo havendo a eleição para diretores escolares é importante haver uma articulação entre a forma de provimento ao cargo de diretor e como se dará o andamento de sua função. Uma vez que alguns diretores eleitos podem tornar sua gestão autoritária e diretores indicados, mesmo com as restrições advindas de uma indicação no qual reduz a sua autonomia, podem conseguir desenvolver práticas

dentro da escola para tornar sua gestão participativa. Assim como pudemos extrair das falas dos sujeitos, que mesmo tendo indicação para diretores, existem experiências democráticas dentro destas escolas, onde estes sujeitos apontaram que há reuniões em que o diretor reuni os funcionários da escola para serem tomadas as decisões do cotidiano da mesma.

Porém consideramos que ainda se faz necessário os diretores, os professores e demais funcionários escolar deste município repensar quais são as maneiras em que a escola realmente possa proporcionar espaços em que também exista uma maior participação da comunidade na gestão da escola, participando do cotidiano da escola e das decisões que a permeiam.

Podem ser muitos os mecanismos de consolidação da gestão democrática. Sem aprofundarmos esta questão, podemos destacar algumas das alternativas na busca de uma gestão democrática nas escolas públicas, além da escolha para diretor através da eleição, temos a criação de Grêmios Estudantis, Conselho Escolar, Participação dos professores e/ou da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico e tantas outras formas de tornar a escola participante.

Desta forma, a escola cumpre com sua função social proporcionando aprendizados outros além dos saberes historicamente construído. Uma gestão escolar participativa contribuirá no aprendizado do jogo democrático. Proporcionar espaços onde a democracia possa ser vivenciada dentro do ambiente escolar passa a formar cidadãos críticos capazes de atuar também diante dos problemas presentes na sociedade.

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** N°. 9.394/96. Brasília, MEC/INEP, 1996.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Orgs.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 77-94.

_____. **Democratização da escola: eleição de diretores, um caminho?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federa de Goiás, Goiânia, 1990. Disponível em: < http://ppge.fe.ufg.br/uploads/6/original_Dissert-_Luiz_Fernandes_Dourado.pdf>. Acesso em 16 jul. 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

MARQUES, L. R. **A descentralização da Gestão Escolar e a Formação de uma cultura democrática nas Escolas Públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

_____ A eleição de diretores nas políticas de democratização da educação na região metropolitana do Recife. In: **Educação Unisinos** 16 (2): 143-151, mai/ago 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2012.162.06/969>. Acesso em 16 jul. 2014.

OLIVEIRA, D. A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2001, p. 91-112.

PARO, V. H. **Eleição de Diretores: a escola pública experimenta a democracia**. 2. Ed. – São Paulo: Xamã, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.